

ATA DA SESSÃO Ordinária
DO DIA 28-04-2015

Presidente

Lucindo dos Anjos de Fontes Couto

Deputados

José Honorato Sousa Medeiros

António José de Braga Sousa

Francisco Resendes da Câmara Melo

Maria Margarida Sousa Arruda Pinheiro

Agostinha Maria Moreira Gomes

Maria Helena de Rodrigues e Ponte

Hélder Herculano Pimentel Medeiros

Maria Rita Cabral Rodrigues

Edgardo Costa Madeira

Erasmus Carlos Esteves de Melo Moniz

Clotilde de Melo Cabral Correia da Ponte

Carlos Manuel de Arruda Dias Soares

Paulo Alexandre Pacheco Duarte

João Carlos Barbosa Leite

Andreia Margarida Vicente Junco

João Alberto Carreiro de Medeiros Simas

Pedro Henrique Soares Correia

Séfora de Fátima Santos da Costa Correia

Emanuel Frias Santos

Zenaide de Fontes Pacheco Tavares

Emanuel de Sousa Medeiros

Flávio Miguel da Ponte Pacheco

Rui Nelson Furtado Amaral

Arménio Maurino Correia Jardim

Secretários

Maria Paula Carvalho Dias Pimentel

Cláudia de Jesus Lima Cabral

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 28-04-2015

ÍNDICE

ORDEM DE TRABALHOS

PONTO UM - PROC. Nº 1834/2015 - Procedimento de Ajuste Direto - Concessão do Direito de Exploração de Bem Imóvel - Bar Mercado Agrícola

PONTO DOIS - PROC. Nº 550/2015 - Alteração à Tarifa de Serviços de Produção, Recolha e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos - Estabelecimentos Hoteleiros/Similares/Alojamento Particular

PONTO TRÊS - PROC. Nº 811/2015 - Alteração ao Regulamento da Atividade de Transportes de Aluguer em Veículos Ligeiros de Passageiros

PONTO QUATRO - PROC. Nº 749/2015 - 2ª Revisão Orçamental

PONTO CINCO - PROC. Nº 783/2015 - Relatório de Gestão e Contas do ano de 2014 - Gesquelhas, SA

PONTO SEIS – PROC. Nº 2055/2015 - Relatório de Gestão e Contas do ano de 2014 - VFC - Empreendimentos, EM.

PONTO SETE - PROC. Nº 2054/2015 - Relatório de Gestão e Contas do ano de 2014 - Vila Solidária

PONTO OITO - PROC. Nº - 2053/2015 - Relatório de Gestão e Contas do ano de 2014 - Fundação Escola de Formação Profissional de Vila Franca do Campo

PONTO NOVE - PROC. Nº2612 / 2015 - Relatório de Gestão e Contas do ano de 2014 - Marina da Vila, EM

PONTO DEZ - PROC. Nº 745/2015 - Documentos de Prestação de Contas - 2014

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 28-04-2015

Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze, no Auditório da Junta de Freguesia de Água d'Alto, deste concelho, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal, sob a presidência do senhor Lucindo dos Anjos de Fontes Couto, secretariado pela senhora Maria Paula Carvalho Dias Pimentel e pela senhora Cláudia de Jesus Lima Cabral, respetivamente na qualidade de primeira e segunda secretária da Mesa da Assembleia.-----

O Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão pelas 20h00. -----

De seguida, foram conferidas as presenças de todos os elementos constituintes daquele órgão verificando-se a falta justificada do Membro da Assembleia, do grupo PPD/PSD, Paulo Roberto Fontes Junco que se fez substituir, nos termos legais, por Francisco Resendes da Câmara Melo. O presidente da Junta de Freguesia de São Miguel, António José Santos Ponte, fez-se representar pelo seu substituto legal, Zenaide de Fontes Pacheco Tavares.-----

Assistiram à reunião o Presidente da Câmara Municipal, Ricardo Manuel Amaral Rodrigues, o Vice-Presidente Carlos Manuel Melo Pimentel e os vereadores Arnaldo Branco Raposo de Amaral, Conceição de Jesus Pinheiro Botelho Quental, Sabrina Coutinho Furtado e Mário Rui Melo Braga.-----

Foi submetida a apreciação e votação a ata da sessão da Assembleia Municipal do dia 26 de fevereiro de 2015, a qual foi aprovada por unanimidade.-----

PERÍODO ABERTO À INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA

O Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira Seca, Emanuel de Sousa Medeiros, pediu o uso da palavra para falar sobre três pontos. O primeiro prendia-se com o facto do Relatório da Atlântico Vila não se encontrar nos documentos enviados; o segundo com o encerramento da escola primária da Ribeira Seca e com a deslocação de todos os alunos para a escola António dos Santos Botelho. Referiu que o apoio do transporte dos alunos do Pré-Escolar, cerca de 20 alunos, era garantido pela junta de freguesia. Porém os alunos do 1º e 2º Ciclo que eram transportados pela empresa de transportes terrestres *Varela* necessitavam de ver resolvida a questão da construção dos abrigos de Passageiros, situou a Estrada Nova e a rua da Juventude como os lugares privilegiados para a colocação dos referidos abrigos. Considerou urgente a resolução desse problema dada a aproximação do Inverno. Frisou que o

compromisso assumido pela Serraria do Sr. José Manuel Batista não havia honrado com o seu compromisso apesar de todo o material já estar comprado e na oficina do referido senhor. Mencionou as inúmeras diligências feitas, sem sucesso, junto Sr. José Manuel Batista para a concretização da construção dos abrigos e agradeceu ao Vice-Presidente Carlos Pimentel a disponibilidade e a boa vontade na resolução desse assunto. Salientou que esse Inverno tinha sido favorável mas que havia ficado em falta a palavra dada aos encarregados de educação, aos pais e às pessoas em geral para a resolução desse problema. Por fim, acrescentou que a paciência esgotara-se e que deveria ser feito um ultimato à empresa ou então fazer a proposta a outra que cumprisse com os prazos agendados. Referiu não culpar a Câmara Municipal mas salientou que gostaria de ver resolvida a situação. -----

O outro ponto apresentado pelo Sr. Emanuel Medeiros prendia-se com o facto de, na ordem de trabalhos, não constar a Delegação de Competências às Juntas de Freguesia e ainda com o ponto da situação do Canil Municipal.-----

O Presidente da Câmara Municipal, em pleno uso da palavra, respondeu às questões formuladas pelo Presidente da Junta de freguesia da Ribeira Seca, Emanuel Medeiros e informou a assembleia que havia um erro na Convocatória. Referiu que o ponto 7 em vez de *Atlântico Vila* dever-se-ia ler *Vila Solidária*. Relativamente à questão dos abrigos respondeu que a medida correta a tomar seria dar um prazo para a concretização do trabalho ao Sr. José Manuel Batista ou se, dada contínua falta de concretização do mesmo, dar o trabalho a outra empresa. Relativamente à Delegação de Competências às Juntas de Freguesia disse que viriam noutra sessão. Quanto ao último ponto informou que havia sido feita uma parceria com o canil de Ponta Delgada que consistia na transferência de todos os animais, em situação de abandono por parte dos seus donos, para ali. Informou também que essa decisão havia sido resultado da discussão desse assunto na AMISM em que se tinha chegado à conclusão que deveria haver dois canis na ilha de São Miguel - um na zona sul, em Ponta Delgada e que daria cobertura a toda a zona sul de São Miguel e outro na zona Norte, na Ribeira Grande e que, por sua vez, daria cobertura à zona norte da ilha. Assim sendo, a Câmara de Vila Franca do Campo pagaria sensivelmente cerca de mil euros mensais pelo encaminhamento dos cerca de 30 animais transferidos mensalmente para Ponta Delgada. Acrescentou que um canil tinha muitos custos e seria mais barato encaminhar os animais para o canil de Ponta Delgada do que construir um canil em Vila Franca do Campo.-----

Solicitou o uso da palavra o membro da Assembleia Municipal, Edgardo Madeira, que referiu ter um projeto que se enquadrava no contexto de embelezamento do Concelho de Vila Franca do Campo. Referiu que em algumas cidades europeias existiam candeeiros de iluminação com a heráldica do concelho, pelo que propunha a colocação de algo semelhante em Vila Franca. Sugeriu o braço e a balança na heráldica e que fossem colocados no centro do município vila-franquense e, ainda que, para isso dever-se-ia usar a mão-de-obra disponível na câmara. Argumentou ainda que Vila Franca do Campo havia sido a primeira capital do arquipélago açoriano e, por tal, merecia destaque.-----

O Presidente da Câmara solicitando o uso da palavra agradeceu a ideia e referiu que ficaria registada para futuras referências.-----

ORDEM DO DIA

PONTO UM - PROC. Nº 1834/2015 - Procedimento de Ajuste Direto - Concessão do Direito de Exploração de Bem Imóvel - Bar Mercado Agrícola

Foi presente à sessão a proposta do ajuste direto para a concessão de exploração do Bar do Mercado Agrícola.-----

O Presidente da Câmara pediu a palavra para esclarecer que a exploração do Bar do Mercado Agrícola estava a ser feita, desde longa data, de forma precária. Considerando que a dívida da Atlântico Vila tinha de ser paga e, à semelhança do Bar do Parque de Camionagem e da Marina, a Câmara pretendia concessionar a referida exploração àquela empresa, pelo que solicitava à Assembleia autorização para concessionar o referido Bar.-----

Colocada a proposta à votação foi, a mesma, aprovada por maioria, com a abstenção do grupo do PPD/PSD, do membro independente, Edgardo da Costa Madeira e o Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira Seca.-----

PONTO DOIS - PROC. Nº 550/2015 - Alteração à Tarifa de Serviços de Produção, Recolha e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos - Estabelecimentos Hoteleiros/Similares/Alojamento Particular

A Câmara Municipal apresentou à sessão a proposta de alteração à Tarifa de Serviços de Produção e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos em Estabelecimentos Hoteleiros/Similares/Alojamento Particular.-----

O Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra que lhe foi conferida, esclareceu que só excepcionalmente a Câmara Municipal poderia intervir na matéria que iria apresentar porque a lógica da lei seria a aplicação da taxa máxima. Assim sendo, a proposta do órgão executivo seria baixar as taxas residuais nos meses de época baixa, de outubro a abril, uma vez que só no verão é que se verificava um aumento de ocupação de alojamentos. Por essa altura, nos meses de época alta, de maio a setembro, pagariam a taxa normal. Posto a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO TRÊS - PROC. Nº 811/2015 - Alteração ao Regulamento da Atividade de Transportes de Aluguer em Veículos Ligeiros de Passageiros

Foi presente à sessão a alteração ao Regulamento da Atividade de Transportes de Aluguer em Veículos

Ligeiros de Passageiros.-----

O Presidente da Câmara solicitando a palavra ao Presidente da Mesa da Assembleia esclareceu que tinha havido num passado recente uma deliberação da Câmara que permitia que as praças sediadas na freguesia de Ponta Garça viessem para o centro de Vila Franca do Campo. Porém, questionado o interesse de manter essa situação o executivo concluiu que, na lógica, a atribuição e valorização das praças eram ditadas pela localização e pelo mercado (lei da oferta e da procura). A situação atual, de permitir que a praça de Ponta Garça ocupasse lugares na de Vila Franca, implicava uma disfuncionalidade num mercado em tempos funcional. Havia que reposicionar os lugares. Cada qual ficaria com o lugar pré-designado. Salientou a necessidade de alguns táxis, atualmente com praça no centro, de se deslocarem para a praça sedeada na terminal de camionagem. Faltava somente decidir quantos táxis iriam deslocar-se para o lugar referenciado. Ficaria assim resolvido o problema que trazia uma disfunção ao sistema.-----

A votação, à alteração do artigo 9º do Regulamento da Atividade de transporte de Aluguer em Veículos Ligeiros de Passageiros que veio definir no seu número 1 que “ *na área do Município de Vila Franca do Campo, vigora o regime de estacionamento fixo*” e no número dois que: “ *Pode a Câmara Municipal, no uso das suas competências, alterar, dentro da área para que os contingentes são fixados, os locais onde os veículos podem estacionar.*”, foi aprovada por maioria, com abstenção do grupo do PPD/PSD e do Membro da Assembleia Independente, Edgardo da Costa Madeira.-----

PONTO QUATRO - PROC. Nº 749/2015 - 2ª Revisão Orçamental

Foi presente à sessão a proposta da Câmara Municipal sobre a 2ª Revisão Orçamental.-----

Sobre esse ponto o Presidente da Câmara referiu que houve necessidade da Câmara Municipal abrir uma nova rubrica, para além de meros acertos contabilísticos e que, a mesma, serviria para uma modernização administrativa, ou seja, atualizar os meios tecnológicos para haver uma maior interação entre a câmara e os municípios.-----

Referiu também a situação da *Ponte Torta* e da *Cancela do Ferreira*, freguesia da *Ponta Garça*, cujos projetos pretendia concretizar, desde que se conseguisse capital para tal. Falou também sobre o novo *Parque Empresarial* e do acesso que foi feito ao parque Industrial e ainda do loteamento que será necessário realizar. -----

Quanto ao *Novo Quadro Comunitário de Apoio* referiu que não era possível fazer as obras que se queria pois as situações estavam todas legisladas. Explicou que a construção de estradas não era uma prioridade para o país - decisão do Governo da República, que se esquecera dos Açores. Relativamente à *Reabilitação Urbana* o mesmo se aplicava. Por fim concluiu que antes de haver investimento na

Cancela do Ferreira teria que haver investimento em primeiro lugar nas pequenas e médias empresas e na modernização administrativa.-----

O membro da Assembleia Paulo Duarte, eleito pelo grupo PPD/PSD, referiu que o novo quadro comunitário permitia que houvesse uma abertura para a mobilidade e recursos naturais. Havia formas habilidosas de construir o projeto de modo a aceder a esses fundos. Deu o exemplo como a construção de uma ciclovia poderia melhorar uma estrada.-----

O Presidente da Câmara retorquiu que era verdade e que a imaginação era ilimitada, porém havia que haver fundamentação para esses projetos. Explicou a dificuldade que existia em argumentar com fundamentação o alargamento e/ou construção de uma estrada quando na realidade apenas 300 metros representavam perigo real. Na realidade, esclareceu, havendo uma desconfiança que o fundo seria aplicado à construção de estradas à partida seria chumbado. Todo esse processo exige um estudo racional dentro dos recursos disponíveis. Recordou que as estradas eram prioridade negativa excetuando-se as ligadas à mobilidade nomeadamente os acessos aos portos e aeroportos.-----

O membro da Assembleia Helder Medeiros, eleito pelo PPD/PSD, solicitando o uso da palavra manifestou a sua opinião quanto à qualificação do Estado Português em estabelecer como prioridade negativa a construção de estradas. Refere que não poderia ser de outra forma porque o anterior governo fez construções exageradas de SCUT, PPP (Empresas Públicas Privadas) não esquecendo que os encargos que acarretaram para todo o país.-----

O Presidente da Câmara, no uso da palavra, lembrou que as PPP (Empresas Públicas Privadas) foram inventadas pelo Prof. Cavaco Silva e alicerçadas pela Dra. Manuela Ferreira Leite. Frisou que havia estradas a mais no Continente, mas não nos Açores. Salientou a importância de se ter construído as estradas existentes no arquipélago porque nos tempos atuais era de todo impossível.-----

Posta à votação a proposta foi aprovada por maioria, com a abstenção do PPD/PSD, do Membro Independente, Edgardo da Costa Madeira e NR.-----

PONTO CINCO - PROC. Nº 783/2015 - Relatório de Gestão e Contas do ano de 2014 - Gesquelhas, SA

Foi presente à sessão o Relatório de Gestão e Contas do ano de 2014 da empresa Gesquelhas, SA.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PONTO SEIS - PROC. Nº 2055/2015 - Relatório de Gestão e Contas do ano de 2014 - VFC - Empreendimentos, EM

Foi presente à sessão o Relatório de Gestão e Contas do ano de 2014 - VFC - Empreendimentos, EM.----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PONTO SETE - PROC. Nº 2054/2015 - Relatório de Gestão e Contas do ano de 2014 - Vila Solidária

Foi presente à sessão o Relatório de Gestão e Contas do ano de 2014 - Vila Solidária.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PONTO OITO - PROC. Nº - 2053/2015 - Relatório de Gestão e Contas do ano de 2014 - Fundação Escola de Formação Profissional de Vila Franca do Campo

Foi presente à sessão o Relatório de Gestão e Contas do ano de 2014 - Fundação Escola de Formação Profissional de Vila Franca do Campo.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PONTO NOVE - PROC. Nº2612/ 2015- Relatório de Gestão e Contas do ano de 2014 - Marina da Vila, EM

Foi presente à sessão o Relatório de Gestão e Contas do ano de 2014 - Marina da Vila, EM.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PONTO DEZ – PROC. Nº 745/2015 – Documentos de Prestação de Contas – 2014

Foi presente à sessão os Documentos de Prestação de Contas da Câmara Municipal de Vila Franca do Campo, referente ao ano de 2014.-----

O Presidente da Câmara pediu a palavra para informar que a Câmara Municipal tinha transitado o ano com um ativo de seiscentos e tal mil euros. Referiu que tinham gasto o que fora preciso e com muita parcimónia. Esclareceu ainda que a acumulação desse valor se tinha prendido com a não concretização de dois projetos nomeadamente com o Nó da Eira, em Água d' Alto e com a Praia do Corpo Santo.-----

Quanto ao primeiro assunto referiu que não se tinha realizado pela simples razão de não se ter chegado a um acordo com os proprietários. Salientou que tinha sido com pena que a Autarquia desistira daquela obra e que como não tinham verbas previstas para a expropriação, essa não se concretizara.-----

Posto a Votação, este ponto foi aprovado por maioria, com a abstenção do PPD/PSD e o membro da Assembleia Independente, Edgardo da Costa Madeira.-----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Aberto o período destinado à intervenção do público, o Presidente da Assembleia informou que esse tinha a duração de 30 minutos cabendo, no máximo, a cada pessoa, 5 minutos de intervenção. Para isso cada cidadão tinha que referir o nome completo, morada e o assunto/os apresentar.-----

Inscreveram-se para intervir os munícipes Vitorino Manuel Martins Sousa, residente na Rua Eng.º Artur do Canto Resende, nº 15, Vila Franca do Campo e Jaime Alberto Vicente de Melo, residente na Rua da Lombinha nº 36, freguesia de Água 'Alto, Vila Franca do Campo.-----

Desse modo, foi dada a palavra ao senhor Vitorino Manuel Martins Sousa, que exprimiu publicamente o seu agradecimento pela resolução do problema dos taxistas, com Praça fixa no centro de Vila Franca do Campo, existente havia mais de dez anos.-----

O Presidente da Câmara pediu a palavra para reconhecer o agradecimento e referiu que a função da Câmara era gerir o Concelho e que considerava um dever ser justo e servir a Comunidade segundo o princípio da equidade. Afirmou ainda que a consciência do serviço público só se consegue com atos de gestão que vão ao encontro dos munícipes. Concluiu dizendo que sabia que tinha desagradado alguns cidadãos mas que tinha que se dar primazia ao sentido da justiça e da equidade.-----

Seguiu-se a intervenção do senhor Jaime Alberto Vicente de Melo que questionou o Presidente da Câmara sobre a possibilidade da construção de 50 metros de estrada, num acesso à rua onde mora, uma vez que quer o excesso de água como o de pó incomoda os habitantes daquele lugar.-----

O Presidente da Câmara, no uso da palavra, respondeu que tudo o que fugisse ao Orçamento era difícil de concretizar, porém como se tratava de uma pequena intervenção que beneficiaria um número significativo de habitantes disponibilizou-se em averiguar e avaliar o estado do lugar.-----

Finalmente o Presidente da Junta de Freguesia de Água d'Alto, Emanuel Santos, pediu a palavra e parabenizou a iniciativa e agradeceu a vinda da Assembleia Municipal à freguesia de Água d'Alto.-----

----- Não havendo outros assuntos a tratar e sendo 21:22, o Presidente da Assembleia declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se elaborou a presente ata que eu, Maria Paula Carvalho Dias Pimentel, Secretária da Mesa da Assembleia, a mandei escrever e subscrevo.-----

----- **Declaro ainda que a presente ata contém 10 folhas.** -----

O Presidente da Assembleia Municipal

Lucindo dos Anjos Fontes Couto

A 1.^a Secretária

Maria Paula Carvalho Dias Pimentel